



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

**ATA Nº 010/2020/Ordinária/CG**

1 Ata da X sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas do dia doze  
2 de novembro de dois mil e vinte, remotamente por videoconferência. A reunião foi presidida pela  
3 professora Paula Ayako Tiba, Pró-Reitora de Graduação, e contou com a presença dos seguintes  
4 membros: Allan Moreira Xavier, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Alysson Fábio  
5 Ferrari, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em Física; André Luis La Salvia, Coordenador do  
6 curso de Licenciatura em Filosofia; André Sarto Polo, Coordenador do curso de Bacharelado em  
7 Química; Cesar Monzu Freire, Coordenador do curso de Bacharelado de Engenharia Aeroespacial; Diego  
8 Araújo Azzi, Coordenador do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Erika Fernanda Prados,  
9 Coordenadora do curso de Bacharelado de Engenharia de Materiais; Fernanda Graziella Cardoso,  
10 Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Frederico Augusto Pires Fernandes,  
11 Coordenador do curso de Bacharelado em Engenharia Biomédica; Giselle Watanabe, Coordenadora do  
12 curso de Licenciatura em Física; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, Coordenadora do curso de  
13 Bacharelado em Planejamento Territorial; Harlen Costa Batagelo, Coordenador do curso de Bacharelado  
14 em Ciência da Computação; José Luiz Bastos Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia;  
15 João Rodrigo Santos da Silva, Coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Jorge  
16 Tomioka, Vice-coordenador do curso de Bacharelado de Engenharia de Gestão; Marcela Sorelli Carneiro  
17 Ramos, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Marcelo Oliveira da Costa Pires,  
18 Coordenador do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T); Marcelo Zanotello,  
19 Coordenador pro-tempore do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Márcia  
20 Helena Alvim, Coordenadora *pro-tempore* do curso de Licenciatura em Ciências Humanas; Marco Aurélio  
21 Cazarotto Gomes, Coordenador do curso de Bacharelado de Engenharia de Informação; Marcos Vinícius  
22 Pó, Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Maria Estela Conceição  
23 de Oliveira de Souza, Representante Técnico-Administrativo; Maria Gabriela Silva Martins Cunha  
24 Marinho, Vice-diretora do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);  
25 Maurício Richartz, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Melissa Cristina Pereira  
26 Graciosa, Coordenadora do curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Urbana; Paula Homem de  
27 Mello, Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Raquel Vecchio Fornari,  
28 Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência; Raphael Yokoiingawa de Camargo, Vice-diretor  
29 do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Renato Bilotta da Silva, Representante  
30 Discente; Ricardo da Silva Benedito, Coordenador do curso de Engenharia de Energia; Roberta  
31 Guimarães Peres, Vice-coordenadora do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Roberto Jacobe  
32 Rodrigues, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Wagner  
33 Guedes de Castro, Representante Técnico-Administrativo; Vanessa Kruth Verdade, Coordenadora do  
34 curso de Bacharelado em Ciências Biológicas; Vinícius Pazuch, Coordenador do curso de Licenciatura  
35 em Matemática. **Ausências:** Guilherme Gomes Andriato, Representante Discente. **Ausências**  
36 **justificadas:** Não houve. **Não votantes:** Bianca Bertolotto, representante discente no ConsUni; Danusa  
37 Munford, Docente/COMFOR-UFABC; Hugo da Silva Carlos, servidor do Sistema de Bibliotecas da  
38 UFABC; Marco Antonio Bueno Filho, Docente/COMFOR-UFABC; Maria do Carmo, servidor do  
39 Sistema de Bibliotecas da UFABC; Rail Ribeiro Filho, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à  
40 Gestão da Prograd; Renata Coelho, Chefe da Divisão Acadêmica da Prograd; Vânia Trombini Hernandes,  
41 Vice-presidente da Comissão de Graduação. **Apoio administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro,  
42 Assistente em Administração. Professora Paula Tiba cumprimentou a todos e deu início à sessão às  
43 catorze horas e cinco minutos. **Informes da Presidência.** Grupo de Trabalho para revisão da Resolução  
44 ConsEP nº 31. Professora Paula Tiba informou sobre a publicação de Portaria que instituiu o GT. O



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

45 Grupo de Trabalho é composto pelos seguintes membros: Paula Ayako Tiba, Pró-reitora de Graduação;  
46 Amaury Krueel Budri, docente; Marcelo Salvador Caetano, docente; Carolina Moutinho Duque de Pinho,  
47 docente; Fernanda Graziella Cardoso, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas;  
48 Michelle Sato Frigo, Coordenadora do curso de Engenharia de Gestão e representante da Direção do  
49 Centro de Engenharia e Ciências Sociais (CECS); Carlos da Silva dos Santos, representante da Direção  
50 do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); e Renato Bilotta da Silva, representante  
51 discente na Comissão de Graduação. Professor Marcos Pó sugeriu ao GT que se debruçasse nas  
52 implicações da possível mudança de regra de matrículas em disciplinas. Professora Paula esclareceu que  
53 o GT anterior já havia trazido, além da revisão da referida normativa, uma proposta de alteração para a  
54 regra de matrícula em disciplinas. O novo GT poderá partir desta proposta. 2) Aprovação e publicação do  
55 calendário acadêmico e de matrículas em disciplinas. Professora Paula Tiba informou sobre a publicação  
56 do referido calendário, que foi aprovado por unanimidade pelo ConsEPE. 3) Reuniões sobre  
57 curricularização de créditos de extensão na graduação. Professora Paula Tiba informou que estão  
58 ocorrendo reuniões sobre o referido assunto, promovidas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (ProEC).  
59 No dia 6 de novembro ocorreu reunião para esclarecer a questão com os cursos específicos vinculados ao  
60 BCH; no dia 11 de novembro, ocorreu para os demais bacharelados e no mesmo dia outra para os cursos  
61 de engenharias; no dia 27 de novembro ocorreria a reunião para os BIs e Lis. Coordenadores de curso  
62 receberão documentos com uma série de subsídios. Em caso de dúvidas, pode-se contatar ProEC ou  
63 Prograd. 4) Apresentação de iniciativas e atividades desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas da  
64 UFABC (SisBi) durante a pandemia de Covid-19. A servidora Maria do Carmo da Biblioteca fez uma  
65 apresentação a respeito do referido assunto. Os espaços e acervos estão indisponíveis nesse momento,  
66 mas continua atendendo a demais serviços, como: declaração de ausência de débito com a Biblioteca;  
67 orientação sobre acesso a recursos informacionais; portal de periódicos; acesso a portal de normas  
68 técnicas; auxílio na busca bibliográfica a docentes e discentes; informações sobre alterações em  
69 bibliografias quando de mudança em disciplinas ou revisão em PPC; orientação de normalização de teses  
70 e dissertações; elaboração de fichas catalográficas de trabalhos acadêmicos; atendimento à solicitação de  
71 cópias de documentos técnico-científicos, por meio de computação bibliográfica com outras bibliotecas.  
72 Visando maior autonomia no uso dos recursos informacionais, ampliou-se oferta de treinamentos, que  
73 também são gravados e disponibilizados no portal da SisBi; tutorias de como acessar portais de  
74 periódicos; edição e disponibilização de periódicos científicos no portal da SisBi, etc. Contratação da  
75 empresa ‘Minha Biblioteca’ que permite acesso a conteúdo multidisciplinar, atendendo parte da  
76 bibliografia dos cursos. Atualização de títulos de e-books e artigos disponibilizados no portal. Por fim,  
77 colocou-se a disposição para auxiliar a todos. 5) Eleição de representantes técnico-administrativos e  
78 docentes para a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP). Professora Vânia lembrou que  
79 as inscrições para a referida eleição se encerram em 16 de novembro. Pediu auxílio aos coordenadores de  
80 curso para divulgação. **Informe dos membros.** 1) Aumento de solicitações de Estudo Dirigido.  
81 Professora Vanessa salientou que o Estudo Dirigido se aplica a casos bem específicos. No entanto,  
82 informou que os discentes começaram a fazer solicitações para disciplinas complexas de se adaptar a essa  
83 modalidade, como Base Experimental das Ciências Naturais. Pediu orientação institucional a esse  
84 respeito, pois pode haver solicitações aceitas por um docente e negadas por outros. Professora Paula Tiba  
85 considerou que, por se tratar de uma Resolução da CG, que determina que cada curso pode aplicar regras  
86 complementares, entende que a CG é quem deveria se manifestar sobre o tema. Sendo assim, propôs  
87 colocar essa discussão no Expediente desta sessão. A proposta foi aprovada pelos membros. 2)  
88 Disponibilização dos Planos de Ensino de disciplinas do CECS. O representante Vagner Guedes, chefe da  
89 Divisão Acadêmica do CECS, informou que os referidos Planos de Ensino, inclusive os das disciplinas do  
90 Quadrimestre Suplementar, estão disponíveis no site do CECS. 3) Eleição de representantes para o  
91 Comitê de Extensão e Cultura (CEC). O representante discente Renato Bilotta informou que as inscrições



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

92 vão até o dia 19 de novembro. Pediu auxílio na divulgação aos membros. **Ordem do Dia.** Ata da IX  
93 sessão ordinária da CG, ocorrida em 15 de outubro. Professora Paula Tiba informou que o documento não  
94 fora produzido em tempo e retirou o item da pauta, a constar da Ordem do Dia da próxima sessão.  
95 **Expediente.** 1) Proposta de Resolução CG que estabelece normas sobre a utilização de horas vivenciadas  
96 no Programa de Residência pedagógica da UFABC como Estágios Supervisionados das Licenciaturas.  
97 Professor Marco Antonio fez uma apresentação sobre a proposta: “Antecedentes: A UFABC participou  
98 do Edital Capes nº 01/2020 para implementar o Programa de Residência Pedagógica. Foi instituído no  
99 âmbito do COMFOR um Grupo de Trabalho que elaborou uma proposta de articulação dos ESL -  
100 RP/UFABC e recomendações aos NDEs e às Coordenações dos Cursos de Licenciatura, encaminhadas às  
101 partes interessadas. Objetivos gerais do projeto aprovado na UFABC: Fortalecer vínculos dos  
102 licenciandos com as comunidades escolares da rede pública na região do ABCDMRR em territórios de  
103 vulnerabilidade social, contribuir para a valorização do magistério e a excelência da formação docente  
104 dentro e fora da UFABC, promover a construção de currículos e de propostas pedagógicas em  
105 permanente diálogo e em parceria com as comunidades escolares envolvidas e, ainda, promover o diálogo  
106 das escolas envolvidas entre si e delas com a Universidade. O RP se destina a estudantes que se  
107 encontram a partir da segunda metade do curso de Licenciatura. Algumas premissas e comentários:  
108 Forma e objetivos educacionais. Forma: Quanto a forma o Residência Pedagógica é uma espécie de  
109 Estágio Supervisionado 'com bolsa'. Há um orientador na UFABC, um professor da escola (também  
110 bolsista) que acompanha as vivências dos estagiários/residentes que são os alunos de licenciatura  
111 propriamente ditos. Objetivos: Se na forma o RP é um 'Estágio Supervisionado com bolsa' em relação aos  
112 objetivos educacionais, o RP pode ser equivalente ou não. Digo isto, pois há uma variedade grande de  
113 concepções de Estágios Supervisionados dependendo do PPC de cada Licenciatura. Há licenciaturas que  
114 organizaram seus Estágios Sup. por eixos formativos, outras falam de espaços não-formais e há  
115 licenciaturas que deixam tudo livre. Enfim, dependendo do curso de licenciatura, os objetivos o RP  
116 podem ser equivalentes ao Estágio Supervisionado, e podem não ser. Dado que o RP tem um caráter  
117 temporário e os PPCs têm um caráter perene, as atividades podem não se equivaler. Esta diversidade de  
118 concepções formativas nos PPCs é rica. O aproveitamento das vivências no RP como Estágio  
119 Supervisionado não deve ser compulsória. Elas precisam ser avaliadas pela Coordenação de Curso, que  
120 pode deferir ou não eventuais solicitações. (Vide Art 2o. da minuta de Resolução que versa sobre os  
121 critérios para o eventual aproveitamento.) Trata-se de valorizar a sinergia de projetos institucionais com  
122 percursos formativos previstos nos PPCs, reconhecendo-os ao menos nos casos possíveis. Ações: 1 -  
123 Prever o aproveitamento nos PPCs dos cursos de licenciatura como uma possibilidade. Tipicamente  
124 alguma frase não mandatória, por exemplo "(...) Horas vivenciadas no Programa de Residência  
125 Pedagógica ou outro de mesma natureza que o venha substituir poderão ser aproveitadas como horas de  
126 Estágio Supervisionado, segundo normatização prevista em resolução específica. (...)” 2 - Resolução  
127 específica.” Professora Paula Tiba abriu espaço para comentários e sugestões. Professor Allan: 1) alertou  
128 que a Resolução CG sobre estágios curriculares dos cursos de licenciatura carece de revisão e que a  
129 proposta apresentada possui intersecção com a citada normativa. Opinou que no Art. 1º da proposta é  
130 apresentada a prerrogativa do aluno de solicitar o aproveitamento das horas de residência pedagógica e  
131 que a possibilidade de solicitação, baseada nos requisitos mínimos, deveria ser normatizada pelos cursos.  
132 Considerou que, em vista dos Editais de Residência Pedagógica e das Diretrizes Curriculares dos Cursos  
133 de Licenciatura, a possibilidade de adequação da residência pedagógica aos estágios requereria mudança  
134 nos PPCs. Ressaltou que a mudança nos PPCs exigiria previsão de regras para alunos já ingressos nos  
135 cursos; 2) alertou que, se essa proposta fosse aprovada, entraria em conflito com a Resolução sobre  
136 Quadrimestre Suplementar; 3) questionou se o PIBID e outros programas como o apresentado não  
137 poderiam ser considerados como curricularização dos créditos de extensão na graduação; 4) demonstrou  
138 preocupação com a formação de alunos que beneficie mais quem tem bolsa, sobretudo ao considerar os



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

139 discentes do período noturno; 5) sugeriu incluir no documento o portfólio que as novas Diretrizes  
140 Curriculares dos Cursos de Licenciatura propõem, para o acompanhamento dos componentes práticos dos  
141 PPCs, que são as disciplinas Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados; 6) Casos omissos não  
142 deveriam ser regulados pela Prograd, mas sim pelas coordenações dos cursos de licenciatura. O  
143 representante discente Renato Bilotta pediu esclarecimentos sobre a possibilidade de a integração das  
144 horas de residência pedagógica aos estágios curriculares não ser aceita pelos cursos. Professor André La  
145 Salvia externou algumas dúvidas: 1) como seria o aspecto legal das duplicações desses tipos de atividade,  
146 ou seja, uma atividade valer por duas; 2) reiterou a dúvida sobre a possibilidade de se encaixar a  
147 Residência Pedagógica como créditos de extensão na graduação; 3) a questão de a Residência Pedagógica  
148 ter um tema que não é contemplado nos estágios; 4) alertou que não seria apenas uma frase a ser  
149 acrescentada ao PPC, mas sim uma regulamentação interna mais completa. Professora Paula Tiba  
150 lembrou que há instituído o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de  
151 Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR-UFABC), um órgão colegiado que trata de  
152 discutir a formação de professores do ensino básico. Desse grupo surgiu essa proposta e fora neste grupo  
153 em que se escolheu a representação institucional para o PIBID, para a Residência Pedagógica e a seleção  
154 de outros projetos em execução. Esse Comitê tem um representante de cada curso de licenciatura da  
155 UFABC. Ressaltou a importância da interlocução desses representantes com as coordenações e plenárias  
156 dos cursos de licenciatura. Informou que solicitara ao COMFOR uma proposta de revisão da Resolução  
157 CG sobre estágios curriculares das licenciaturas, conforme indicado na última sessão da CG. Professor  
158 Marco Antonio respondeu: 1) quanto aos apontamentos do prof. André, o Art. 2º traz os critérios que as  
159 coordenações podem seguir. O aproveitamento das vivências da Residência Pedagógica pode ou não ser  
160 aceito; salientou que o aproveitamento só seria avaliado quando solicitado e apresentasse consonância  
161 com o estágio pertinente; não seria necessário que os discentes de Residência Pedagógica estivessem  
162 cursando estágio curricular ao mesmo tempo; 2) ao Renato, explicou que a Residência Pedagógica tem  
163 subprojetos interdisciplinares, com núcleos de áreas do conhecimento, aprovados pela CAPES. O  
164 discente que estiver no núcleo de uma área pode não ter consonância com o estágio de outra área.  
165 Professora Danusa, membro do COMFOR, complementou que a Residência está diretamente vinculada à  
166 formação de professores, visto que a extensão possui escopo mais amplo. Professor Marco Antonio  
167 concordou que os casos omissos sejam resolvidos pela coordenação de curso. Professor João Rodrigo  
168 sugeriu dar maior ênfase ao disposto no Art. 2º. Professor Maurício questionou quem financiaria as bolsas  
169 do programa. Professor Allan opinou que a proposta deveria estipular apenas normas e procedimentos  
170 administrativos, considerando que o programa pode ou não ter a adesão da UFABC. Professora Paula  
171 Tiba informou que o programa é custeado pela CAPES. Acrescentou que o número de bolsas é bem  
172 grande e que tal poderia contemplar todos os discentes de licenciatura da UFABC. Complementou  
173 dizendo que, nos moldes do que ocorria com o PIBID, são oferecidas adicionalmente bolsas com verba  
174 PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) para estudantes ingressantes por meio de ações  
175 afirmativas. Professora Danusa explicou que o aproveitamento da Residência Pedagógica como horas de  
176 estágio não fere a autonomia dos cursos. Pediu que as coordenações dos cursos de licenciatura  
177 contribuíssem para aperfeiçoar o texto da normativa proposta. Professora Gisele Watanabe questionou  
178 por que outros programas, como PIBID e outros financiados pelo governo, não poderiam ser aproveitados  
179 para estágio curricular. Professor André La Salvia indagou acerca da necessidade de se ter a menção no  
180 PPC dos cursos de licenciatura, sendo que o programa pode deixar de existir. Ressaltou que os estágios da  
181 Licenciatura em Filosofia possuem temas delimitados. Professora Paula Tiba lembrou que, acerca das  
182 atividades complementares, a Iniciação Científica também podem contar como horas de estágio conforme  
183 previsão de alguns cursos, o que, por analogia, não se configuraria como uma duplicação, uma vez que a  
184 Iniciação Científica é uma atividade opcional. Professor Marco Antônio observou, acerca da inserção do  
185 PPC, que as IES devem ter estratégias de aproveitamento de horas de estágio como créditos, cuja menção





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

186 consta do Edital de Residência Pedagógica. A Resolução CG sobre estágios das licenciaturas regula que  
187 deve haver menção no PPC para aproveitamento de outras atividades como estágio. Por isso a  
188 necessidade de haver a menção ao programa no PPC. Sobre o motivo de o PIBID não contar como horas  
189 de estágio, argumentou que o PIBID é direcionado para alunos que cursaram até a metade do curso. O  
190 Programa de Residência Pedagógica é direcionado para alunos que já cursaram metade do curso do curso  
191 em diante. Os estágios curriculares acontecem após a metade do curso. Salientou que o programa não visa  
192 a substituir os estágios e nem tem esse objetivo. Professor André La Salvia sugeriu que no Art. 4º seja  
193 incluída a necessidade de apresentação do projeto institucional do Programa de Residência Pedagógica e  
194 um portfólio das atividades. Questionou se o discente teria de apresentar um relatório final e se haveria  
195 aprovação das atividades desenvolvidas pelo aluno. Professor Marcos Pó fez as seguintes observações: 1)  
196 sobre a possibilidade de se considerar o programa como extensão, a validação ou não deve estar  
197 coordenada ao GT ligado ao ConsEPE sobre extensão; 2) seria importante que o COMFOR trabalhasse  
198 em conjunto com as coordenações dos cursos, para que questionamentos preliminares surjam antes de o  
199 assunto entrar em pauta na CG. Professor Marco Antônio tomara nota das observações e dos ajustes a  
200 serem feitos. Ressaltou ser importante que os cursos de licenciatura e seus NDEs discutam e  
201 posteriormente enviem sugestões para a redação da proposta. Professor André La Salvia informou que  
202 teve conhecimento dessa proposta pela CG e que talvez faltasse interlocução com o representante do  
203 curso no COMFOR. Professor Allan informou que não foi consultado na elaboração da proposta, somente  
204 teve contato com a atual versão. Opinou que questões transversais tal qual o Programa de Residência  
205 Pedagógica, que acarretaria alteração no PPC, devem ter as discussões ampliadas com membros que  
206 fazem parte de outras instâncias deliberativas, como no caso de a discussão ser apresentada na CG.  
207 Sugeriu ao COMFOR para ampliar as discussões, como a realização de audiências públicas, para se  
208 trabalhar no documento. Professora Danusa esclareceu que dentro do COMFOR foi elaborado um texto  
209 inicial para discutir com as coordenações, entendendo que apresentar esse texto fosse uma etapa  
210 preliminar e não final. Algumas coordenações de curso alegaram que esse encaminhamento não seria  
211 apropriado, devendo passar pela CG, pois se não passasse, não seria legitimado. Agradeceu a paciência e  
212 colaboração de todos. Professor Marco Antônio informou que o assunto seria discutido entre o COMFOR  
213 e as coordenações dos cursos de licenciatura e seus Núcleos Docentes Estruturantes. Ao fim da discussão,  
214 professora Paula Tiba esclareceu aos demandantes que poderiam retornar o assunto à CG posteriormente,  
215 quando e se entendessem oportuno. 2) Proposta de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de  
216 Bacharelado em Neurociência. Professora Rachel Fornari fez uma apresentação sobre a proposta: “II  
217 Revisão do PPC do BNC. Novembro 2020. Disciplinas Obrigatórias: Alterações de nome: Introdução à  
218 Neurociência Computacional → Neurociência Teórica e Computacional; Pesquisa e Comunicação  
219 Científica → Comunicação Científica. Ajustes de ementa, recomendações e atualização de bibliografia.  
220 Alteração de T-P-I: Neuropsicofarmacologia: de 3-1-4 para 4-0-4; Neurobiologia Molecular e Celular: de  
221 4-2-4 para 4-0-4 (de 6 para 4 créditos); Disciplinas Obrigatórias (redução de 2 cred. de disciplinas  
222 Obrigatórias); Exclusão de uma disciplina obrigatória (Morfofisiologia Humana I – 4-2-4; 6 créditos);  
223 Criação de uma disciplina obrigatória (Biofísica de Membranas – 6-0-6; 6 créditos); Ajuste do número de  
224 créditos de disciplinas obrigatórias, de opção limitada e livres: ajuste dos créditos de disciplinas  
225 obrigatórias e da carga horária total do curso: de 720 para 696 horas e de 60 créditos para 58; horas totais:  
226 de 2724 para 2700. Ajuste do número de créditos de disciplinas obrigatórias, de opção limitada e livres:  
227 Ajuste dos créditos de disciplinas de opção limitada e livres, conforme PPI 2017: De Opção limitada: de  
228 324 para 300 horas: de 27 para 25 horas; De disciplinas livres: de 120 para 144 horas: de 10 para 12  
229 créditos. Integração de atividades extensionistas à matriz curricular do curso: transferência de 48h do  
230 estágio curricular para atividades extensionistas em neurociência; Estágio supervisionado: de 360 para  
231 312 horas: de 30 para 26 créditos; PNE 2014-2024 – meta de curricularização da extensão (10%): 10%  
232 BC&T → 240h; 10% BNC → 270h; Atividades extensionistas no BNC → 48h; Coordenação de extensão



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

233 (docentes do BNC) – fomento, avaliação, validação das atividades. Re-estruturação das regras e redução  
234 da carga horária total de estágios obrigatórios: Redução de carga horária → de 360 para 312h;  
235 Flexibilização do número de estágios → não será mais exigido 3 estágios, e sim a carga horária total,  
236 sendo acordado que uma IC cadastrada em edital da Propes valerá no máximo 156h; Regras detalhadas  
237 serão explicitadas em Portaria do CMCC (em preparação). Atualização do catálogo de disciplinas de  
238 opção limitada: Transferência das listas de disciplinas de opção limitada para o anexo; Atualização de  
239 ementa, recomendações e bibliografia (em análise no Conselho do CMCC); Criação de novas disciplinas  
240 (em análise no ConCMCC). Alterações na ordem de oferecimento e na estrutura da matriz sugerida do  
241 curso: Biofísica de membranas → 6º quad.; Neurobiologia Molecular e Celular → do 6º para o 8º quad.;  
242 Neurociência teórica e computacional → do 10º para o 7º quad.; Introd. Inferência Estatística → do 9º  
243 para o 7º quad.; Neuropsicofarmacologia → do 7º para o 9º quad.; Comunicação Científica → do 7º para  
244 o 8º quad. Introdução a Filosofia da Mente → do 7º para o 10º quad. ; Neuroetologia → do 8º para o 11º  
245 quad. Informação aos alunos: Recomendação sobre conhecimento de inglês técnico, para leitura de  
246 referências técnicas. Convalidação: O conjunto de disciplinas novas "Neurobiologia Molecular e Celular"  
247 (4-0-4) e "Práticas em Neurobiologia Molecular e Celular" (0-2-2) equivalem à disciplina antiga  
248 "Neurobiologia Molecular e Celular" (4-2-4). Para a convalidação dos estágios obrigatórios será  
249 considerada a carga horária total necessária no presente projeto pedagógico (312h). Por exemplo, se 240h  
250 foram cumpridas previamente, um estágio de pelo menos 72h deverá ser realizado para completar a carga  
251 horária.” Professora Paula Tiba abriu espaço para comentários e sugestões. O representante discente  
252 Renato Bilotta perguntou se houve participação discente nas discussões de revisão do PPC. Professor  
253 Maurício indagou: 1) se a grade apresentada estaria em consonância com a grade atual do BC&T e se  
254 haveria flexibilidade, considerando possíveis mudanças com a revisão do PPC desse curso; 2) se houve  
255 previsão dos créditos de extensão na graduação; 3) se estão previstos até 25% de créditos em disciplinas  
256 ofertadas na modalidade semipresencial; 4) a conta dos créditos de extensão. Professor Marcos Pó: 1)  
257 perguntou qual critério para que o estágio pudesse valer créditos de atividades de extensão; e qual critério  
258 para que a Iniciação Científica valesse créditos de estágio; 2) sugeriu que o perfil do egresso constasse  
259 mais áreas de atuação, inclusive em Políticas Públicas; 3) sugeriu que disciplinas da área de estudos  
260 étnicos do BC&H constassem disciplinas de opção limitada para o BNC. Professora Paula Tiba  
261 esclareceu que há um texto padrão sobre a modalidade semipresencial a ser adotado nos PPCs, mas tal  
262 poderia ser adaptado. Acerca do Ensino a Distância, a menção à Resolução CG nº 10, que estabelece  
263 normas e procedimentos para oferecimento de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação  
264 presenciais da UFABC, atende aos requisitos legais. Professora Raquel respondeu que: 1) os alunos  
265 participaram da revisão do PPC; 2) o BNC cogitou aguardar a revisão do PPC do BC&T, mas havia  
266 disciplinas que precisavam de alteração, além do estágio, além da necessidade de constar as atividades de  
267 extensão; a matriz curricular não se difere muito da anterior, sendo possível alterar a grade em virtude da  
268 revisão do PPC do BC&T, se necessário; 3) sobre EaD, uma parte do texto foi atualizada, mas já constava  
269 na versão anterior a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial; 4) sobre a contagem dos créditos  
270 de extensão, o BC&T deverá fornecer 240 horas de créditos de extensão, restando ao BNC  
271 complementar; 5) sobre o aproveitamento do estágio curricular, alguns projetos de extensão são projetos  
272 longos, que incluem atividades de pesquisa, e duram cerca de um ano, podendo ser em parte utilizados  
273 como estágio; 6) acerca da sugestão de acréscimo do perfil do egresso e áreas de atuação, informou que  
274 entraria em contato com o professor Marcos Pó para verificar suas sugestões. Professor Marcelo Pires  
275 questionou se a avaliação do curso seria por meio do ENADE ou de visita com avaliadores, pois os  
276 avaliadores podem julgar negativamente algumas questões relacionadas ao EaD. O representante discente  
277 Renato sugeriu que se incluíssem os nomes dos discentes que auxiliaram na revisão do PPC. Questionou  
278 como estaria a organização prática do estágio curricular. Professora Raquel redarguiu que: 1) muitos  
279 discentes colaboradores já se formaram, mas seria verificada a possibilidade de incluir os nomes dos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

280 representantes discentes atuais; 2) o coordenador de estágio do curso tem contato com hospitais e  
281 empresas, estimulando e encaminhando discentes para estágio. A Iniciação Científica também é bastante  
282 utilizada como créditos para o estágio. Professor Marcos Pó, acerca das disciplinas de opção limitada,  
283 opinou que teriam ficado bem restritas às disciplinas do próprio curso. Considerando a  
284 interdisciplinaridade, sugeriu buscar disciplinas de outros cursos. Lembrou que é importante que as  
285 disciplinas de ambos bacharelados interdisciplinares sejam de opção limitada dos cursos de formação  
286 específica. Sugeriu à Prograd que no modelo de PPC, fornecido como manual para esse tipo de  
287 documento, constasse um tópico sobre interdisciplinaridade, para melhor orientar os cursos. Professor  
288 José Luiz informou que disciplinas da nova versão do PPC de Bacharelado em Filosofia são pertinentes  
289 ao Bacharelado em Neurociência e que muitas delas poderiam ser utilizadas como opção limitada para o  
290 BCN. Professora Raquel informou que iria avaliar as sugestões de disciplina do BFIL. Sem mais  
291 comentários ou sugestões, a proponente informou que iria fazer alterações e avaliar as sugestões e que  
292 posteriormente solicitaria inclusão da proposta atualizada na Ordem do Dia. 3) Discussão sobre o  
293 ingresso de discentes nos cursos de graduação em 2021. O servidor da Prograd Rail Ribeiro fez uma  
294 apresentação sobre o assunto: “Há muitas incertezas para o ingresso de 2021. Será o 15º ingresso que a  
295 UFABC realiza. O ENEM 2020 já teve a publicação do edital e as inscrições para a avaliação. As provas  
296 foram adiadas para janeiro de 2021. Informou que o SiSU 2021 tem cinco etapas: Publicação edital;  
297 Termo de Adesão (IES); Inscrições candidatos; Resultado individual SiSU e Lista de Espera SiSU. Não  
298 há previsão para nenhuma dessas etapas. Além disso, há quatro questões a serem definidas: 1) Haverá  
299 ingresso em 2021? 2) Manter vagas (quantas?20?) para olimpíadas do conhecimento 3) Manter a oferta  
300 de vagas total (2.008)? 4) Reduzir vagas?” Professora Paula Tiba explicou que a questão não seria  
301 deliberativa, mas se trataria de uma consulta, para embasar tomadas de decisões em cenários futuros.  
302 Professor Raphael opinou que, para não haver prejuízos na alocação, o mais indicado seria ingresso no  
303 terceiro quadrimestre. Sugeriu se manter o número de vagas. Questionou como ficaria a grade se houver  
304 ingresso no terceiro quadrimestre. Professor Mauricio informou que a Olimpíada de Matemática foi  
305 adiada e a de Física ocorreria virtualmente. Outros torneios acadêmicos também foram adiados. Professor  
306 André Polo ressaltou que, mesmo com ingresso no terceiro quadrimestre, é necessário avaliar como  
307 atender a demanda em relação à alocação de disciplinas práticas. Professor Marcelo Pires alegou que: 1)  
308 no cenário atual, não se deveria ter reserva de vagas para olimpíadas acadêmicas; 2) teme que a situação  
309 se agrave, visto que para os cursos específicos disciplinas de laboratório não estão sendo ofertadas,  
310 adiando assim indefinidamente a graduação dos discentes. A próxima entrada de discentes deveria ser  
311 reduzida, caso não haja prejuízos, devido à infraestrutura da universidade e possível falta de docentes,  
312 visto que muitas disciplinas estariam sendo ofertadas simultaneamente. Opinou que, pela gravidade da  
313 decisão, deveria ser feita no âmbito dos Conselhos Superiores. Professora Vanessa avaliou que,  
314 considerando as condições atuais, a possibilidade de ingresso no segundo quadrimestre deveria ser  
315 desconsiderada. Sobre a alternativa restante, opinou que os cursos de formação específica seriam  
316 prejudicados com ingresso no terceiro quadrimestre, pois os cursos de ingresso terão maior demanda de  
317 alocação. Renato Bilotta passou a palavra à representante discente no ConsUni, Bianca. Ela opinou que  
318 não deveria se pensar em cancelar o ingresso em 2021, pois prejudicaria muitas pessoas. A redução de  
319 vagas também seria uma grande perda e contribuiria para o sucateamento da educação. Sugeriu fortalecer  
320 os cursos de revisão. É preciso comprometimento da Universidade com acesso e inclusão sem diminuir  
321 oportunidades. Professor Allan considerou que trazer mais alunos à universidade poderia ocasionar que os  
322 discentes se sintam mais afastados e deslocados, o que não seria adequado. Complementou que o ingresso  
323 meramente para dar acesso ao Ensino Superior não garante inclusão. Professora Vanessa externou que em  
324 2021 haveria grande demanda reprimida. Assumir oferta de componentes curriculares obrigatórios para  
325 todos iria acarretar falta de docentes ou diminuição da qualidade na educação. Opinou ser contrária à  
326 matrícula compulsória, considerando a oferta de disciplinas. Não é contrária a cancelar o ingresso, mas,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Comissão de Graduação**

327 se houver, deveria ficar claro aos ingressantes que o tempo de formação será maior. Professor Marcelo  
328 Pires observou que a matrícula compulsória foi adotada para não prejudicar os discentes em relação aos  
329 critérios de matrícula por rendimento. Concordou com a possibilidade de oferta reduzida, garantido em  
330 todo o caso a oferta aos discentes cotistas. Informou que nunca havia recebido tantas reclamações  
331 discentes sobre professores. Considerou que o ensino remoto geraria muita tensão nos discentes e  
332 desconfiança por parte dos professores, ambiente que prejudica o processo de aprendizagem. Professora  
333 Paula Tiba agradeceu as manifestações e salientou a importância das opiniões manifestada. Comprometeu  
334 a levar as opiniões quando houvesse essa discussão nos Conselhos Superiores. Informou que muitos  
335 cursos com grande número de disciplinas práticas em outras IES estão cancelando o ingresso. Sem mais  
336 comentários ou sugestões, e devido ao avançado das aulas, passou o item restante do Expediente para a  
337 próxima sessão da CG. Comprometeu a trazer a discussão sobre a disciplina de Base Experimental das  
338 Ciências Naturais, considerando que sua oferta está suspensa. Por fim, agradeceu a todos pela presença e  
339 encerrou a sessão às dezessete horas e trinta e nove minutos, cuja pauta foi lavrada por mim, Marcelo  
340 Sartori Ferreira, Secretário Executivo, e aprovada pela Presidente, Paula Ayako Tiba, e demais presentes  
341 à sessão.-----

**PAULA AYAKO TIBA**  
Presidente

**VÂNIA TROMBINI HERNANDES**  
Vice-presidente

**EDNA MARIA DE OLIVEIRA LOUREIRO**  
Assistente em Administração

**MARCELO SARTORI FERREIRA**  
Secretário Executivo